

JORNAL DA TARDE

Prestação escolar: uma reunião útil. Mas...

26 ABR 1986

Os esclarecimentos feitos à tarde entre escolas e Procon já haviam mudado à noite, com a nova regulamentação do pacote.

Resolver o problema da cobrança de mensalidades escolares surgiu com o pacote econômico. Para isso o Procon reuniu representantes do Conselho Estadual da Educação (CEE), delegacia regional do MEC, Decon e das escolas particulares de São Paulo, ontem à tarde, em sua sede no Itaim Bibi. E conseguiu alguns acordos e esclarecimentos entre todos. Mas o esforço de ontem deve acabar, hoje, em novas dúvidas: ao mesmo tempo em que a Polícia Federal e a Sunab iniciavam ontem a distribuição de uma cartilha do MEC para se calcular as novas mensalidades, o governo divulgava também a regulamentação dos itens pendentes do pacote (ver páginas 8 e 9) alterando a fórmula de cálculo anterior.

Na reunião de ontem no Procon, a presidente do CEE, Maria Aparecida Tomaso Garcia, fez uma advertência: o Conselho pode congelar os reajustes aos preços do último semestre de 1985, no caso de escolas que cobrem a mais de seus alunos.

E quem irá fiscalizar as escolas? Será um trabalho conjunto do Conselho Estadual de Educação e da Sunab. Admitindo falhas na fiscalização feita pelo Conselho, Maria Aparecida Tomaso Garcia explicou que, conforme parecer do consultor jurídico da Secretaria do Planejamento, Carlos Roberto Pelegrino, a atuação dos dois órgãos deverá ser "concorrentes e não excludentes". E bom lembrar que até 1969, a fixação de taxas e toda fiscalização em escolas era feita pela Sunab. E a partir de 16/4/1969, com o Decreto-Lei n.º 532, essas atribuições passaram a ser de competência do CEE.

Pelo parecer de Carlos Roberto Pelegrino, o Conselho não perde a competência de

fixar taxas nem de fiscalizar o procedimento das escolas. Mas, em compensação, a Sunab tem de volta o "poder de coibir" as infrações às normas baixadas pelo CEE.

Maria Aparecida Tomaso anunciou ainda que a partir de curíssimo prazo estará requisitando às quatro mil escolas cadastradas junto ao CEE informações sobre as mensalidades cobradas, e até junho espera ter um cadastramento completo da situação. "O CEE tem interesse em restabelecer a verdade sobre as cobranças de mensalidades", afirmou.

Positivo

Todos os participantes consideraram a reunião positiva, no sentido de esclarecer dúvidas ainda existentes a partir do pacote. Foram unâmines em afirmar a clareza do decreto quando diz que o cálculo para reajuste das semestralidades deve ser efetuado sobre os preços efetivamente praticados no ano passado.

Também foi consenso que os descontos dados aos pais, por exemplo, com mais de um filho na escola e bolsas de estudos oferecidas pelas escolas são "uma liberalidade da escola", e que não há como exigir que os diretores continuem oferecendo isso aos alunos. Segundo o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado, José Aurélio de Camargo, os pais precisam entender que "a escola perdeu 20% de sua receita e ainda está pagando 8% a mais nos seus custos não repassados aos preços". Apesar de entender a posição do sindicato, Marilena Lazzarini, diretora executiva do Procon, comentou que "achamos justa sua manutenção". Já Maria Apa-

reira Tomazzo Garcia disse que descontos e bolsas deverão ser matéria de análise da Comissão de Legislação e Normas do CEE e que poderá recorrer até à Seplan para esclarecer este ponto.

De um dado a presidente do Conselho tem certeza: o abono ou a presença de dois preços diferentes no carnê é "illegal", porque "fica evidenciado que não é desconto". Por exemplo, no dia 30, a mensalidade a ser paga era de 500 mil cruzeiros. No entanto, se o pagamento fosse feito no dia 20, a mensalidade saía por 400 mil. Segundo o Procon, aproveitando-se disto, várias escolas estão calculando seu reajuste com base nos 500 mil e não nos 400 efetivamente cobrado. Para a presidente do CEE, esta "é uma forma de a escola garantir um piso maior para um aumento futuro".

Colégio Salete

Os alunos do Colégio Salete não deixaram por menos: estão com todos estes problemas e mais um — a possibilidade de não fazer as provas bimestrais caso não paguem as mensalidades do mês de abril até o dia 30. Ontem eles estiveram em grupo no Procon na tentativa de resolver seus problemas. Luís Roberto Marques, que tem três filhos no colégio, estava inconformado e cobrou uma atitude mais efetiva dos órgãos competentes. "Estou há 20 dias percorrendo CEE, Sunab, Procon, Decon, 13ª delegacia de polícia e até agora nada. A única coisa que sei é que não posso pagar as mensalidades. Em janeiro, fevereiro e março, pagava Cr\$ 217.500 agora elas passaram para Cr\$ 427,90."

Tentando amenizar a ira do pai e expli-

car a ação de algumas escolas, José Aurélio de Camargo, do sindicato, lembrou que o decreto diz que as escolas têm até 30 de junho para fazer a adequação dos seus preços ao decreto. Ou seja: que em 30 de junho, nenhuma escola poderá ter cobrado um valor global superior ao cobrado no segundo semestre de 1985, com um acréscimo de 69,59% (conforme a primeira versão do decreto).

Problema político

Insatisfeitos com o reajuste de 69,59% fixado inicialmente, os donos das escolas queriam ontem à tarde que ele subisse para 86,58%. Estudos comprovando a realidade deste índice foram feitos e o trabalho técnico para revisão setorial deverá ser encaminhado dentro de 15 dias ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen, ao ministro Dílson Funaro, da Fazenda, ao ministro João Sayad, do Planejamento, ao Gabinete Civil e ao presidente José Sarney. "Isto significa um índice de 10,02% a mais nas atuais mensalidades e não representa um aumento, mas sim uma correção técnica", explicou José Aurélio.

Apesar da regulamentação feita ontem pelo governo, o Ministério da Educação iniciou também a distribuição — pela Polícia Federal e Sunab — de 50 mil cartilhas com orientações para a elaboração das mensalidades das escolas particulares. A intenção era acabar com todas as dúvidas e, de forma didática, ensinar pais, alunos e escolas a calcular a mensalidade. As cartilhas custaram Cr\$ 37 mil e esse recurso será debitado do item publicações do orçamento do ministério.